

Daniela

obterem resultados negativos, associada a baixa natalidade registada ao longo dos últimos anos. -----

-----**4. Outros assuntos (ponto da ordem de trabalhos destinado à prestação de informações aos associados e a perguntas destes relativamente à atividade desenvolvida pelo Centro Social)** - No âmbito deste ponto da ordem de trabalhos reservado à prestação de informações aos associados e a perguntas destes relativamente à atividade desenvolvida pelo Centro Social, não houve intervenções. -----

-----Não houve intervenções. -----

-----**5. Aprovação da ata desta reunião** - A Presidente da Mesa procedeu à leitura da ata, elaborada no decorrer da reunião, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade dos cinco associados presentes. -----

-----Por nada mais haver a tratar, a Presidente da Mesa da Assembleia Geral deu por encerrada a reunião quando eram onze horas e quarenta minutos da qual foi lavrada a presente ata que, após lida e aprovada, vai ser assinada pelos associados que integraram a Mesa. -----

Daniela Carvalho
Amélia do Encarregado Montenegro

-----Aos dezasseis dias do mês de junho de dois mil e vinte e dois reuniu na “Escola de Porto Ferrado” Rua Camilo Castelo Branco, número dois mil oitocentos e setenta e um, União de Freguesias de Santa Cruz do Douro e São Tomé de Covelas, Baião, a Assembleia Geral, convocada pela Presidente da Mesa da Assembleia Geral, de acordo com a convocatória anexa, que inclui a ordem de trabalhos (Doc. n.º 1), elaborada e enviada aos associados em conformidade com o disposto no artigo sexagésimo do Estatuto das IPSS anexo ao Decreto-Lei 119/83, na redação atual, e no artigo trigésimo primeiro dos Estatutos do Centro Social. Esta convocatória, afixada nos dois estabelecimentos

ATAS

*Plano de
Trabalho
2015/2016
Amélia Monteiro*

da Instituição, e a respetiva documentação de suporte estiveram disponíveis para consulta nos serviços administrativos, em suporte de papel, e na página eletrónica do Centro Social em www.csscd.pt. A reunião da Assembleia Geral marcada para as quinze horas, somente teve início às quinze horas e trinta minutos uma vez que à hora marcada não estava presente a maioria dos associados. -----

----Assim, na hora referida, a Presidente da Mesa deu início aos trabalhos quando se encontravam cinco associados, conforme lista de presenças anexa (Doc. nº 2). Para completar a Mesa da Assembleia Geral, a Presidente da Mesa propôs a associada número trinta e nove Amélia Monteiro o que mereceu a concordância dos presentes, tendo a Mesa ficado constituída pela Presidente da Mesa, pela Primeira e Segunda Secretária. -----

----De acordo com a convocatória, a reunião tinha os seguintes pontos da ordem de trabalhos: -----

----Após a leitura da ordem de trabalhos passou-se de imediato à apreciação dos assuntos nela incluídos. -----

-----**Ponto um - Estatutos - 4.ª alteração** - Neste ponto, a Presidente da Mesa da Assembleia Geral indicou que a segurança social solicitou a assinatura do terceiro elemento da Mesa da Assembleia Geral relativa à reunião da Assembleia Geral da aprovação da alteração aos estatutos que decorreu a vinte e seis de março de dois mil e vinte e dois. Efetivamente, nessa reunião a Mesa apenas foi constituída por dois elementos, pelo que a Presidente da Mesa da Assembleia Geral colocou novamente este assunto a aprovação. (Doc. nº 3) -----

----A Presidente da Mesa declarou aberto um período de inscrições para intervenção dos associados. -----

Placeta
Chave
Montepop

-----Não houve intervenções, pelo que a 4ª alteração aos estatutos foi aprovada por unanimidade dos cinco associados presentes. -----

-----**Ponto dois - Contratação de operação de financiamento com uma Instituição de crédito, constituição de hipoteca sobre os prédios descritos na Conservatória do Registo Predial de Baião sob o n.º 959 (onde se situa o edifício do Centro Social de Santa Cruz do Douro) e o n.º 1031 e anexação destes dois prédios** - A Presidente da Mesa da Assembleia Geral passou a palavra ao Vice-Presidente da Direção, tendo este informado os presentes da decisão da Direção em renegociar a dívida com a contratação de um novo financiamento de longo prazo no montante de quatrocentos mil euros pelo prazo de cento e oitenta meses atendendo ao facto desta nova operação ir substituir os empréstimos existentes que obrigam a fazer um esforço mensal incompatível com os poucos recursos existentes. Esta operação de crédito terá o *Spread* de dois vírgula vinte e cinco por cento acrescido da Euribor a seis meses e o pagamento de juros e amortização de capital serão mensais. As atuais operações de crédito em vigor serão liquidadas. Comunicou ainda da intenção da contratação de uma conta corrente caucionada no montante de cinquenta mil euros, renovável a cada seis meses com *Spread* de dois vírgula vinte e cinco por cento acrescido da Euribor a seis meses. -----

O Presidente da Direção informou ainda que a renegociação destes empréstimos tem consequências ao nível jurídico sobre dois prédios pertencentes ao Centro Social, ou seja, a Direção pretende obter a autorização da Assembleia Geral para, no que se refere a garantias de natureza real: -----

- Manter as hipotecas existentes ou constituir nova hipoteca sobre o prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Baião sob o número novecentos e cinquenta e nove, de Santa Cruz do Douro, como garantia do referido empréstimo; -----

ATAS

*Revisado
e assinado
Carolina M.*

- Constituir uma hipoteca sobre o prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Baião sob o número mil e trinta e um, de Santa Cruz do Douro, para reforço da garantia do mencionado empréstimo. -----

Mais informou que a Direção pretende ainda promover a anexação dos prédios descritos na Conservatória do Registo Predial de Baião sob os números novecentos e cinquenta e nove e mil e trinta e um, ambos de Santa Cruz do Douro, considerando que os mesmos pertencem ao Centro Social, estão registados a seu favor, confinam entre eles e, após a constituição de hipoteca sobre o mil e trinta e um, ambos os prédios ficarão onerados com o mesmo tipo de encargo, como constitui doutrina do Conselho Técnico dos Registos e Notariado (Doc. n.º 4, 5 e 6 em anexo). -----

----Terminadas estas intervenções, a Presidente da Mesa declarou aberto um período de inscrições para intervenção dos associados. -----

----Não houve intervenções - pelo que a contratação dos novos financiamentos foram aprovados por unanimidade dos cinco associados presentes. -----

-----Considerando o exposto e o teor da proposta da Direção constante da ata da respetiva reunião extraordinária realizada em vinte e quatro de maio de dois mil e vinte e dois, **a Assembleia Geral deliberou por unanimidade dos cinco associados presentes autorizar a Direção a praticar os seguintes atos:** -----

a) Celebrar com a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Vale do Sousa e Baixo Tâmega, CRL, pessoa coletiva número cinco zero um quatro sete um sete cinco oito: -----

a.1) Um contrato no âmbito da proposta por esta apresentada para “Crédito ao Investimento - Empresas - Projectos de Investimento” no montante de quatrocentos mil euros, com duração de cento e oitenta meses, relativo à renegociação da dívida existente nesta data com aquela entidade, nas condições acima referidas e nas demais constantes do mencionado documento número três;

*Maria da
Ferreira
Antunes*

a.2) Um contrato no âmbito da proposta por esta apresentada para “Crédito à Actividade - Empresas - Fundo de Maneio” no montante de cinquenta mil euros, com duração de seis meses, relativo à renegociação da dívida existente nesta data com aquela entidade, nas condições acima referidas e nas demais constantes do mencionado documento número dois; -----

b) Como garantia e/ou reforço da garantia dos referidos empréstimos: -----

b.1) Manter as hipotecas existentes ou constituir nova hipoteca sobre o prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Baião sob o número novecentos e cinquenta e nove, de Santa Cruz do Douro; -----

b.2) Constituir uma hipoteca sobre o prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Baião sob o número mil e trinta e um, de Santa Cruz do Douro. -----

b) Promover a anexação dos prédios descritos na Conservatória do Registo Predial de Baião sob os números novecentos e cinquenta e nove e mil e trinta e um, ambos de Santa Cruz do Douro, considerando que os mesmos pertencem ao Centro Social, estão registados a seu favor, confinam entre eles e, após a constituição de hipoteca sobre o mil e trinta e um, ambos os prédios ficarão onerados com o mesmo tipo de encargo. -----

-----**Ponto três - Normas Regulamentares Relativas À Proteção de Denunciantes de Infrações** - A Presidente da Mesa concedeu a palavra ao Presidente da Direção que informou que houve um trabalho preparatório feito, com recolha de sugestões com vista à criação de Normas Regulamentares Relativas À Proteção de Denunciantes de Infrações (Doc. n.º 7).-----

A Presidente da Mesa deu conhecimento aos presentes que o Conselho Fiscal não se pronunciou sobre a proposta de regulamento. -----

-----Terminadas estas intervenções, a Presidente da Mesa declarou aberto um período de inscrições para intervenção dos associados. -----

ATAS

*Novelto
Gouveia
C. Antunes*

-----Não houve intervenções, pelo que as Normas Regulamentares Relativas À Proteção de Denunciantes de Infrações foram aprovadas por unanimidade dos cinco associados presentes. -----

-----**Ponto quatro - Valores da joia e da quota mensal (artigos 7.º-b) e 29.º-o) dos Estatutos)** - A Presidente da Mesa da Assembleia Geral informou os presentes da decisão da Direção em considerar o valor de vinte e cinco euros para a joia e de um euro e vinte e cinco cêntimos para quota mensal (ou quinze euros por ano) como valores mínimos a cobrar uma vez que alguns interessados em adquirir a qualidade de associado têm manifestado interesse em pagar a joia e/ou quotas em valores superiores. A proposta da Direção foi aprovada por unanimidade dos cinco associados presentes. -----

-----**Ponto cinco - Funcionamento da resposta social do Estabelecimento de Educação Pré-Escolar** - A Presidente da Mesa da Assembleia Geral deu a palavra ao Presidente da Direção relativamente ao funcionamento do EEPE do Centro Social. O Presidente da Direção informou os presentes de que a Direção em vinte e nove de março de dois mil e vinte e dois deliberou encetar um conjunto de contactos, com a Câmara Municipal de Baião, Centro Distrital da Segurança Social do Porto e encarregados de educação, tendo em vista o encerramento definitivo desta resposta social, para o próximo ano letivo 2022/2023, dado o baixo número de frequência, catorze utentes, acarretando para a Instituição um défice permanente e significativo atendendo ao facto do Ministério do Trabalho da Solidariedade e Segurança Social e do Ministério da Educação somente transferir em função da frequência e não em função da capacidade do acordo por turma (vinte e quatro utentes). Em face da deliberação da Direção ocorreram reuniões com a Câmara Municipal de Baião através do Pelouro da Educação, Dra. Anabela Cardoso tendo em vista criar um pré-escolar público que absorvesse os utentes desta resposta social; com a Diretora Adjunta

Handwritten signature:
M. Rosário Loureiro
Presidente

da Segurança Social, Dra. Maria Rosário Loureiro dando conta da situação a qual compreendeu e aceitou essa eventual caducidade do acordo, podendo as verbas da segurança social, respeitantes ao acordo existente do EEPE, serem aproveitadas para outra resposta social (Centro de Dia); e ainda com os pais dos utentes a quem lhes foi transmitido a posição da Direção do Centro Social sobre este assunto. Disse ainda o Presidente da Direção que as três reuniões com os pais ocorridas em seis, treze e vinte de maio de dois mil e vinte e dois foram difíceis, uma vez que não estavam à espera desta decisão e como tal não se preocuparam em arranjar alternativas para os seus filhos, uma vez que a opção da criação de um jardim de infância público não oferece garantias de retaguarda familiar compatíveis com o interesse das famílias. Os pais insistiram com os representantes do Centro Social presentes nessas reuniões - Presidente da Direção, Tesoureira e Diretora Técnica - para que esta opção fosse adiada para 2022/2023, uma vez que no momento não tinham condições de se reorganizar. Disseram ainda que estavam dispostos a colaborar com a Instituição na angariação de meios para ajudar a contrariar o défice. Informou ainda o Presidente da Direção que a Direção em face do apelo dos pais, e das novas inscrições, que presumivelmente atingirão à data vinte e um utentes no geral, deliberou continuar com esta resposta social, avaliando-se a situação em fevereiro de dois mil e vinte e três, tomando nessa ocasião uma decisão definitiva sobre a continuidade do EEPE. A Presidente da Mesa da Assembleia Geral convidou os presentes a usar da palavra sobre este assunto. Não houve qualquer intervenção. A Presidente da Mesa da Assembleia Geral considerou os esclarecimentos prestados pelo Presidente da Direção suficientes e colocou à votação a continuidade da resposta social, tendo a mesma merecido a unanimidade favorável dos votos. -----

ATAS

-----**Ponto seis - Aprovação da ata desta reunião** - A Presidente da Mesa procedeu à leitura da ata, elaborada no decorrer da reunião, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade dos cinco associados presentes. -----

-----Por nada mais haver a tratar, a Presidente da Mesa da Assembleia Geral deu por encerrada a reunião quando eram dezasseis horas e quarenta minutos da qual foi lavrada a presente ata que, após lida e aprovada, vai ser assinada pelos associados que integraram a Mesa. -----

Daniela Carvalho
Isabete Coutinho Garcia
Amélia da Conceição Monteiro.